

BRUGES, BÉLGICA, 16 DE SETEMBRO DE 1995

I. Introdução

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao Collège d'Europe, essa instituição que, desde sua fundação, em 1949, dedica-se à construção da consciência da União Européia, por meio do intercâmbio acadêmico.

Foi aqui em Bruges, em anos mais recentes, durante conferências neste mesmo Collège d'Europe, que se realizou debate importante sobre os rumos que poderia tomar a União Européia, suas possibilidades e seus limites, suas oportunidades e seus riscos, entre personalidades fortes como Jacques Delors e Margareth Thatcher. Acompanhei esse debate com vivo interesse e alegro-me de que acabaram por prevalecer as visões mais ambiciosas sobre o projeto de integração e unidade européias.

O mundo precisa da Europa forte e unida.

O objetivo de minha breve conferência é o de trazer-lhes a visão atual do Brasil sobre as grandes tendências e questões internacionais.

Falo em minha dupla condição de cientista social e de Chefe de Estado. Como sociólogo, o cenário internacional sempre se incluiu em minhas reflexões, em grande parte dedicadas a compreender as possibi-

lidades do desenvolvimento da América Latina como produto da interação de variáveis dadas, seja pelo quadro internacional, seja pela situação interna dos países da região.

Mas foi como político que adquiri experiência direta no trato das questões internacionais, primeiro como Chanceler e, desde o início deste ano, como Presidente de um país para o qual a dimensão internacional é cada vez mais importante, que passou a ver o cenário externo pelo ângulo das oportunidades que oferece, ciente de que é no exterior que terão de ser buscados diversos recursos indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

II. As transformações políticas. O pós-Guerra Fria.

No plano político, o cenário internacional que hoje vivemos é muito diferente daquele em que minha geração se formou. Já não há mais a matriz da Guerra Fria que, durante décadas, serviu como referência para interpretação da realidade. Acostumamo-nos de tal modo a ver o mundo pela lente estreita do conflito ideológico Leste-Oeste, que não é de estranhar que ainda hoje haja saudosistas da Guerra Fria, alguns desejosos de restaurar o conforto da previsibilidade que a moldura da Guerra Fria oferecia, outros porque viam, na disputa ideológica, alguma margem de manobra para que os países do Sul pudessem obter concessões de cada um dos lados do conflito.

O fato, porém, é que a Guerra Fria foi, do ângulo político, um dos períodos mais sombrios vividos pela Humanidade. O conflito ideológico determinava a agenda internacional e impunha sua lógica a todos os temas, impedindo a cooperação onde ela se fazia possível e necessária. Exacerbava conflitos e tensões regionais. Permeava o contexto político interno de muitos países, e isso foi particularmente verdadeiro na América Latina.

Em minha região, a Guerra Fria forneceu pretextos e oportunidades para a instalação de regimes autoritários, que duramente reprimiram o direito de opinião política. Eu próprio fui vítima de perseguição política e forçado a viver no exterior por alguns anos, quando o arbítrio penetrou a universidade brasileira, aposentando prematuramente professores e impedindo-os de exercer sua profissão.

Naqueles anos tristes, pessoas foram mortas ou dadas por desaparecidas quando estavam sob a tutela e responsabilidade do Estado. No Brasil, agora, estamos podendo reparar esse erro. É um compromisso que tenho para com a minha consciência.

Se evoco esses acontecimentos, é apenas para demonstrar minha convicção mais profunda de que o final da Guerra Fria foi desenvolvimento amplamente positivo, inaugurando período em que novas possibilidades de cooperação se abrem.

As possibilidades de cooperação se abrem, em primeiro lugar, porque no pós-Guerra Fria há maior convergência de valores: a democracia e os princípios da economia de mercado, que embasaram o sucesso do Ocidente, ganharam dimensão universal como meio de promover o desenvolvimento, no sentido mais amplo do termo.

Não esqueçamos, de resto, que o final da Guerra Fria não se deu por uma conflagração direta entre as partes, mas pelo colapso de uma delas, incapaz de organizar-se política e economicamente para fazer frente às demandas de sua sociedade.

Por outro lado, vieram à tona, com o fim da Guerra Fria, vetores de conflito antes camuflados ou contidos sob a disputa ideológica, como o nacionalismo e a xenofobia, a intolerância étnica e religiosa, ou mesmo as condições, segundo Samuel Huntington, de um “choque de civilizações”.

Dentro dessa visão pessimista inscrevem-se aqueles que julgam que o fim da disputa ideológica seria substituído por outro tipo de competição: a competição pela hegemonia econômica entre ‘blocos’ comerciais que, no limite, poderia levar à ruptura do sistema internacional de comércio, fragmentar a economia mundial e trazer o espectro da depressão, com isso gerando novas tensões internacionais. Estaríamos, por esta visão que não endosso, quase que condenados a repetir os erros do passado.

A matizar essa visão negativa do pós-Guerra Fria, pode-se dizer que as forças da intolerância religiosa e étnica sempre existiram e, por mais irracionais que sejam, dificilmente poderiam conduzir, hoje, a uma guerra global com capacidade de *over kill*, como no período da Guerra Fria. Pode-se mesmo dizer que, atualmente, as grandes potências, nota-

damente as da União Européia, jogam seu poder e sua influência em favor de soluções racionais e negociadas.

Embora nem sempre com sucesso pleno, o recurso às instituições internacionais, livre dos vetos automáticos do passado, passou a ser rotineiro. Lentamente, com percalços naturais, vai-se formando uma política genuína de “segurança coletiva”, que há de servir a toda a comunidade internacional e não de instrumento de interesses localizados.

Pelo lado da economia, o fenômeno da multipolarização não impede a preservação e o incremento dos vínculos entre esquemas de integração regional, pois os padrões de escala de produção e de inovação tecnológica, a repartição mundial do trabalho, militam a favor de espaços econômicos de escala mundial. Atritos comerciais existem e poderão se intensificar, sobretudo em momentos de crescimento econômico mundial menor. No entanto, o êxito da Rodada Uruguai e a criação da Organização Mundial do Comércio constituem determinação coletiva de evitar a rota de colisão e de buscar soluções negociadas para os contenciosos comerciais.

Diante desta nova realidade internacional complexa e cambiante, o que importa, do ponto de vista dos que tomam decisões sobre política internacional, é operar no sentido de reforçar os elementos positivos trazidos pelo término do confronto bipolar, de modo que eles, consolidando-se, evitem o fortalecimento das forças de conflito.

Como atuar concretamente nesta direção é o desafio maior que teremos pela frente.

Limite-me a apresentar-lhes dois caminhos possíveis de ação:

O primeiro é de que não devemos permitir que se fragmente a agenda internacional em temas específicos, que alguns chamam de “novos”, mas que, na verdade, se encontram há bastante tempo na pauta da comunidade internacional. Esses primeiros cinco anos de pós-Guerra Fria assistiram à notável e merecida valorização desses temas, refletida numa série de grandes conferências internacionais: meio ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, mulher. No próximo ano, teremos a conferência sobre habitação.

Todos esses encontros tiveram seus méritos e progressos importantes – a Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é

um bom exemplo. Além disso, revelam que os temas estratégicos cederam lugar aos assuntos que realmente contam no cotidiano de homens e mulheres: os padrões de bem-estar e a qualidade de vida. Mas, se o homem está novamente sendo objeto de consideração, isso se dá dentro de um enfoque disperso, fragmentado, pois os interesses e as *constituencies* que movem o debate em cada um dos “temas novos ou renovados” não são necessariamente os mesmos.

Sem recorrer a um reducionismo simplificador, há certamente um tema global que interage com todos os demais e que ainda não foi reintroduzido, no pós-Guerra Fria, no centro dos debates internacionais. Refiro-me ao desenvolvimento.

Não temos mais, os países do Sul, a pretensão de relançar as “negociações globais” dos anos 60 e 70, quando queríamos transformar radicalmente as relações econômicas mundiais, a cuja dinâmica atribuíamos excessiva parcela de responsabilidade pelos problemas de nosso atraso. Sabemos, hoje, que o desenvolvimento requer reformas sociais internas, o “dever de casa” cumprido, instituições democráticas e transparentes, liberdade econômica; mas também sabemos que o contexto internacional precisa ser favorável a que se consolidem nossas reformas.

Estão cada vez mais ligadas as dimensões interna e externa do desenvolvimento, que deixou de ser variável apenas doméstica para tornar-se tema global por excelência – aquele que inclui todos os demais temas.

E aqui menciono um segundo caminho para fazer avançar os fatores positivos propiciados pelo quadro pós-Guerra Fria: reformar a arquitetura institucional com que conta a comunidade internacional.

Nossas instituições foram concebidas ao final da Segunda Guerra Mundial e já não refletem adequadamente a realidade dos tempos atuais. Algumas instituições, é certo, fizeram seu *aggiornamento*, mais ou menos completo: o GATT, por exemplo, saiu fortalecido de diversas rodadas de negociações comerciais multilaterais e, adaptando-se às transformações no comércio internacional, converteu-se na Organização Mundial do Comércio; os bancos internacionais de fomento introduziram, em seus critérios de concessão de empréstimos, preocupações

com o desenvolvimento social, com o meio ambiente, com a “boa-governança”.

Também as instituições políticas precisam ser repensadas para um tempo em que surgiram novos focos de poder e no qual o desenvolvimento necessita ser tratado como tema prioritário. A composição do Conselho de Segurança, por exemplo, obedece a uma geometria do poder de há 50 anos. Sua eficácia e legitimidade dependem da adaptação de sua estrutura para que ele possa ser o instrumento da “segurança coletiva” a que antes fiz menção. É, pois, levando-se em conta as mudanças ocorridas no mundo, que se há de discutir a reforma do Conselho que, tornando-o mais representativo, fortaleça sua eficácia e capacidade de ação.

II. As transformações econômicas. Globalização e Exclusão.

A característica mais importante no plano das relações econômicas contemporâneas é a aceleração da internacionalização do processo produtivo de globalização. É processo irreversível com o qual precisamos aprender a conviver, bem como influenciá-lo numa direção que traga benefícios à população.

Uma de suas conseqüências é a criação de novas “ondas de industrialização” que foram pela aceleração da passagem de alguns países do Sul para a condição de desenvolvidos. Este é um fato novo: até a década de 70, nenhum país em desenvolvimento havia feito essa transição, hoje lograda por alguns, e que também poderá estar ao alcance de outros no futuro próximo.

Outra conseqüência é a integração regional. A União Européia é o exemplo mais notável. O Brasil também vive seu processo de integração com a Argentina, Paraguai e Uruguai – embora bem mais recente, pois o Tratado de Assunção que criou o Mercosul é de 1991 – e tem sido responsável pelo dinamismo das trocas comerciais entre seus membros, que se multiplicaram por 4 nestes poucos anos.

A terceira conseqüência da globalização, esta de caráter perverso, é a exclusão dos que não são capazes de participar da economia global. O paradoxo da exclusão simultânea à globalização se processa seja em

relação a países e até regiões inteiras, seja, no interior de cada país, rico ou pobre, em relação aos segmentos menos favorecidos.

Beneficiar-se dos frutos da globalização requer, pelo lado da produção, conhecimentos e domínio das técnicas modernas e, pelo lado do consumo, renda mínima que está disponível apenas aos que participam da geração de riqueza.

Se os atores da economia global não conhecem fronteiras nacionais, para os excluídos se criam fronteiras até mesmo dentro de seu próprio país.

Para grande parte dos países do Terceiro Mundo, é preciso reconhecer que há dificuldades importantes a superar, para que possam integrar-se nas correntes econômicas mundiais. Mas não posso aceitar passivamente a percepção bastante disseminada que os condenaria à marginalização econômica e ao caos político, vivendo de assistência humanitária num mundo sempre menos predisposto a oferecê-la. Talvez, tanto ou mais do que os recursos materiais, faltem agora a visão e a liderança de um Schuman ou de um Monnet para colocar esta questão na perspectiva adequada.

Por outro lado, nos países de fato integrados à economia global, sejam eles mais ou menos desenvolvidos – aqui incluo, além da Europa e da América do Norte, boa parte da América Latina e da Ásia –, ao problema da exclusão interna vem somar-se outro: o do desemprego estrutural, produzido pela constante busca de produtividade. Desemprego e exclusão formam o caldo de cultura em que nascem muitos dos problemas das sociedades contemporâneas: a marginalização e a delinquência; o consumo excessivo de álcool e drogas; a desestruturação da família; a frustração e a ansiedade.

O fato de haver um lado perverso nos processos paralelos da globalização e da “eficiência” produtiva não deve nos levar a tirar, do problema, conclusões equivocadas. Não podemos e não devemos, à maneira dos luditas, destruir os frutos positivos daquilo que esses fenômenos nos trazem.

Não é tentando impor obstáculos ao progresso de transformações, cuja lógica de certa forma escapa ao controle do Estado, que iremos encontrar as boas soluções. O fechamento das economias, a imposi-

ção de barreiras comerciais a pretexto, por exemplo, de *dumping* social, a regulamentação excessiva do emprego não são caminhos duradouros. Estamos lidando com fenômenos que já não se prestam a um tratamento exclusivamente nacional, ou mesmo limitado a certo grupo de países.

Isso não quer dizer que os governos se encontrem sem mecanismos de defesa e devam assistir impassíveis às mudanças da economia moderna. Ao contrário, o grande desafio dos governantes é o de combinar, em seus respectivos países, os critérios de eficiência e equidade e, para tanto, lançar mão de medidas sociais compensatórias que venham a corrigir as distorções criadas pelos mecanismos de mercado.

Parte crescente da riqueza gerada pela globalização e pela economia de mercado deve ser usada em programas sociais. O que não se pode é renunciar à geração de riqueza por mecanismos defensivos e protecionistas que perpetuarão os problemas novos com que nos defrontamos.

Conciliar crescimento e justiça social deve ser o nosso objetivo prioritário.

IV. Conclusão. As Credenciais do Brasil.

Para concluir, direi uma palavra sobre o Brasil.

Temos características que nos credenciam a ter presença maior no cenário internacional. Somos um país de grandes dimensões territoriais, com cerca de 160 milhões de pessoas, que vive em paz com seus dez vizinhos há mais de um século, com tradição diplomática pacífica e que participou da Segunda Guerra Mundial – única nação latino-americana a fazê-lo – para defender os princípios da liberdade política e econômica, os mesmos que agora prevalecem em escala mundial.

Somos um país que vai retomando o crescimento com estabilidade econômica, que oferece possibilidades de parceria atraente. Fomos capazes de desenvolver internamente tecnologias de ponta para fins, no entanto, exclusivamente pacíficos.

Somos uma sociedade democrática, que se orgulha de ser multirracial, formada por elementos de variada origem étnica e que convivem em harmonia.

A democracia tem sido a base da construção de um país moderno, justo, próspero, em que os valores de cidadania e os direitos humanos sejam respeitados.

O Brasil é um país que, com tranqüilidade e autoconfiança reconquistadas, está pronto para assumir novas responsabilidades internacionais.

